

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO Concurso Público - 001/2018	
RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO	
Solicitado em: 07/08/2018 -15:43	
Recurso:	
CONHECIMENTOS GERAIS MÉDIO - TÉCNICO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS	Questão 3
SITUAÇÃO: INDEFERIDO	
Respondido em: 13/08/2018 -15:06	
Resposta:	
Candidato não escreveu nem solicitou nada por arquivo.	

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 07/08/2018 -15:46

Recurso:

Conforme o edital do certame orienta, fiz o recurso e firmei minha assinatura, após digitalizei. O mesmo segue em anexo.

CONHECIMENTOS GERAIS MÉDIO - TÉCNICO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Questão 3

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -15:07

Resposta:

<http://concursos.epbazi.com.br/uploads/83/concursos/29/recursos/87/4d0e04ab90efd2a49ea33f9f1da19c5f.pdf>

RECURSO DEFERIDO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 07/08/2018 -09:54

Recurso:

Prezados(as), a questão número 1 retrata quase que especificamente o trabalho infantil, que ainda faz vítimas pelo trabalho forçado e, na maioria das vezes, pela necessidade de um complemento na renda familiar. Isto acontece com mais frequência no nordeste brasileiro, região mais pobre do país. Levando o texto a um professor de português, sem apresentar o gabarito, o mesmo apontou como correta a alternativa C, pois o texto em questão expõe mais sobre um problema social, do que o interesse em despertar simpatia pela menina, que nada mais é do que um retrato do trabalho infantil.

CONHECIMENTOS GERAIS MÉDIO - TÉCNICO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Questão 1

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -15:05

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Recurso indeferido pelo elaborador.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 07/08/2018 -13:41

Recurso:

PERGUNTA N° 28

MOTIVO. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO NÃO SOLICITADO NO EDITAL.

28- Em relação às definições do Sistema de Informação de Custos do Setor Público, assinale a alternativa correta:

- a) Hora máquina corresponde ao valor da mão de obra utilizado para a produção de bens e serviços e outros objetos de custos.
 b) Sub aplicação é a variação positiva apurada entre os custos e metas estimados e os executados. c) Custo predeterminado é o custo projetado para subsidiar o processo de elaboração dos orçamentos da entidade para determinado período.
 d) Custo de oportunidade é o custo objetivamente mensurável da melhor alternativa desprezada relacionado à escolha adotada.

A Referida pergunta é bem clara ao assunto que se refere Sistema de Informação de Custos do Setor Público .

O Conteúdo programático no edital do concurso não previa esse conteúdo, que faz parte de uma resolução do conselho federal de contabilidade, e nem outro relacionado a custos.

<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1366-2011.htm>

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295/46, alterado pela Lei nº 12.249/10,

Resolve: Art. 1º Aprovar a NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Sob as alegações acima e disposições sobre as normas relativas a concursos públicos, peço a anulação da referida questão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTADOR

Questão 28

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 14/08/2018 -20:25

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

Indefiro o pedido do candidato, visto que custos, sejam eles na contabilidade pública ou privada, fazem parte da rotina contábil e, portanto, é necessário que o contador tenha conhecimento da matéria para exercer sua função.

Apesar da candidata mencionar que tal matéria não consta no Edital, pode-se ver que toda a rotina contábil está contemplada:

“Patrimônio: Componentes Patrimoniais: Ativo, Passivo e Situação Líquida (ou Patrimônio Líquido). Fatos Contábeis e Respektivas Variações Patrimoniais. Conta: Conceito. Débito, Crédito e Saldo. Teorias, Função e Estrutura das Contas. Contas Patrimoniais e de Resultado. Sistema de Contas; Plano de Contas. Provisões em Geral. Escrituração. Conceito e Métodos. Lançamento Contábil: Rotina e Fórmulas. Processo de Escrituração. Escrituração de Operações Financeiras. Escrituração de operações típicas. Livros de Escrituração: Obrigatoriedade, Funções, Formas de Escrituração. Erros de Escrituração e suas Correções. Sistema de Partidas Dobradas. Balancete de Verificação. Balanço Patrimonial: Obrigatoriedade e Apresentação. Conteúdo dos Grupos e Subgrupos. Classificação das Contas. Critérios de Avaliação do Ativo e do Passivo. Avaliação de investimentos. Levantamento do Balanço de acordo com a Lei. Demonstração do Resultado do Exercício: Estrutura, Características e Elaboração de acordo com a Lei. Apuração da Receita Líquida e do Duodécimo. “

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 06/08/2018 -12:19

Recurso:

29- De acordo com os incisos do parágrafo primeiro do artigo 45 da Lei Federal 8.666/93, constituem tipos de licitação: EXCETO.

- a) A de melhor preço. ERRDA ver cópia da lei abaixo (inciso I a de menor preço)
- b) A de maior lance ou oferta.
- c) A de menor técnica. Errada ver cópia da lei abaixo (inciso II a de melhor Técnica)
- d) A de técnica e preço.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

II - a de melhor técnica;

III - a de técnica e preço.

IV - a de maior lance ou oferta - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Visto que há duas alternativas consideradas como não sendo tipo de licitação e embasado pela lei citada, peço que a questão seja anulada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 29

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -13:50

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Conforme elaborada a questão a resposta seria exatamente a Letra A se a Letra C fosse Técnica e preço. Dessa forma ficou evidente que há duas respostas corretas como EXCETO, sendo a Letra "a" e a Letra "c". Não existe tipo de licitação de melhor preço ou menor técnica. Sendo de Menor preço e Técnica e Preço. A questão será anulada. Recurso incompleto e invalidado.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 08/08/2018 -10:13

Recurso:

Nesta questão, o gabarito preliminar indica que a questão correta é a opção C (despesa não efetiva). Porém a alternativa B – Desembolsos extra-orçamentários também está correta considerando que:

Desembolsos extra orçamentários são aqueles decorrentes de:

l) Saídas compensatórias no ativo e no passivo financeiro – representam desembolsos de recursos de terceiros em poder do ente público, tais como:

a) Devolução dos valores de terceiros (cauções/depósitos);

b) Recolhimento de Consignações/Retenções – são recolhimentos de valores anteriormente retidos na folha de salários de pessoal ou nos pagamentos de serviços de terceiros;

c) Pagamento das operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)

d) Pagamentos ANTECIPADOS de Salário-Família, Salário Maternidade e Auxílio-Natalidade;

Podemos verificar que a alternativa B também corresponde ao enunciado da questão visto que Despesas extraorçamentárias não reduzem o patrimônio líquido e é oriunda de fatos permutativos. Cabe ressaltar que a questão não indica o tipo de classificação e o critério de classificação utilizado, itens essenciais para determinar a resposta.

Desta forma, solicito anulação da questão pelas alternativas B e C estarem corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 27

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 14/08/2018 -20:28

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

A questão não condiz com o recurso da candidata:

O desembolso financeiro ou assunção de obrigação financeira que não reduz o Patrimônio Líquido, porque é oriundo de fatos permutativos é chamado de:

(c) Despesa não-efetiva

Ademais, o recurso está incompleto, pois não é possível entender os argumentos.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 08/08/2018 -10:29

Recurso:

Transcrevendo o artigo 45 da Lei Federal 8.666/93, podemos verificar que não existe tipo de licitação menor técnica.

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

§ 1o Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

II - a de melhor técnica;

III - a de técnica e preço.

IV - a de maior lance ou oferta - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Desta forma, pelo gabarito preliminar discordar com o artigo citado solicito alteração do gabarito de A para C.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 29

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -13:47

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

Conforme elaborada a questão a resposta seria exatamente a Letra A se a Letra C fosse Técnica e preço. Dessa forma ficou evidente que há duas respostas corretas como EXCETO, sendo a Letra "a" e a Letra "c". Não existe tipo de licitação de melhor preço ou menor técnica. Sendo de Menor preço e Técnica e Preço. A questão será anulada.

Seu recurso foi indeferido pois, solicitou a alteração do gabarito o que não vai ser acatado, mas sim a anulação da questão.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 06/08/2018 -14:09

Recurso:

O sujeito está incorreto exceto na alternativa:

- a) Anoitecia silenciosamente. (Sujeito indeterminado).
- b) Seriam quatro horas da tarde. (Oração sem sujeito).
- c) Precisa-se de pessoas com boa vontade neste mundo. (Indeterminado).
- d) Nunca ninguém acariciou uma cabeça de galinha. (Sujeito simples).

O sujeito é classificado de sujeito indeterminado quando não se consegue definir, nem pelo contexto oracional, nem pela terminação verbal. Verbos conjugados na 3.ª pessoa do singular com a partícula se, que atua como partícula indeterminadora do sujeito. Desta forma a alternativa que apresenta corretamente o tipo de sujeito é a letra "C"

Conforme citado solicito a alteração do gabarito divulgado letra "A" pelo gabarito correto letra "C".

CONHECIMENTOS GERAIS MÉDIO - TÉCNICO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Questão 3

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -15:02

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

A questão será anulada pois consta outro recurso válido para a mesma.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 08/08/2018 -19:33

Recurso:

A questão nº 01 se refere a interpretação do texto "As mãos de Ediene". Como se sabe, o referido texto já foi questionado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e as alternativas constantes na prova são as mesmas do concurso, inclusive no que se refere ao gabarito, como se vê:
Questão Q325063

Concurso: ENEM - PPL - 2009 | Prova: INEP - 2009 - ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio - PPL - Prova Cinza - 2ª dia

Disciplina: Linguagens e Códigos e suas Tecnologias | Assunto:

As mãos de Ediene

Ediene tem 16 anos, rosto redondo, trigueiro, índio e bonito das meninas do sertão nordestino. Vaidosa, põe anéis nos dedos e pinta os lábios com batom. Mas Ediene é diferente. Jamais abraçará, não namorará de mãos dadas e, se tiver filhos, não os aconchegará em seus braços para dar-lhes o calor e o alimento dos seios da mãe. A razão é simples: Ediene não tem braços. Ela os perdeu numa maromba, máquina do século passado, com dois cilindros de metal que amassam barro para fazer telhas e tijolos numa olaria. Os dedos que enche de anéis são os dos pés, com os quais escreve, desenha e passa batom nos lábios. Ela é uma das centenas de crianças mutiladas todos os anos, trabalhando como gente grande em troca de minguados cobs.

UTZERI, F. As mãos de Ediene. Jornal do Brasil, Caderno B, 2 dez. 1999 (adaptado).

Os recursos estilísticos de um texto servem para torná-lo esteticamente mais eficaz. Em As mãos de Ediene, o autor alcança esse objetivo ao coordenar adjetivos no 1º período. Tal procedimento busca

- despertar no leitor, desde o início, simpatia pela menina.
- chamar a atenção para problemas do sertão nordestino.
- despertar o interesse do leitor pela maromba.
- valorizar a situação vivida por Ediene.
- revelar problemas de ordem social.

Gabarito: letra A.

Não obstante, encontra-se a referida questão em vários sítios da internet(1), fazendo com que a mesma não seja inédita, colocando em risco a idoneidade de concurso. Sobre o assunto, a Associação dos Juizes para a Democracia, presidida na época pelo juiz Marcelo Semer, contestou no CNJ um concurso feito pelo Tribunal de Justiça de Tocantins que tinha questões idênticas a outras já formuladas em certames passados. Naquela ocasião, sustentou-se que "a repetição de questões afronta o princípio da isonomia, uma vez que favorece candidatos que eventualmente tenham participado do outro certame ou que tenham acesso às perguntas do concurso anterior, nos dias de hoje plenamente facilitado por consultas à Internet. A repetição de questões vulnera a regra do sigilo da prova a todos os candidatos, que é indispensável para assegurar a impessoalidade no certame e a igualdade de oportunidade aos participantes" (2).

Como as regras para concursos públicos e princípios administrativos permanecem inalterados, requer-se, com base na argumentação acima, a anulação da questão número 01 da prova de técnico em atividades legislativas da Câmara de Vereadores do Município de Quilombo/SC.

Referências:

(1)<https://colegiosolido.com.br/upload/files/2015/8/processo-seletivo-solido-2014-prova-3-ano-ensino-m5151323.pdf>

<https://pt.slideshare.net/ma.no.el.ne.ves/segunda-aplicao-enem-2009-aspectos-gramaticais-slide-12>

<https://enem.estuda.com/questoes/?resolver=&prova=710&q=&inicio=7&q=&cat=&dificuldade=>

<https://www.questaocerta.com.br/questoes/banca/inep/485?imprimir=true>

(2)<https://www.conjur.com.br/2011-abr-18/concurso-juiz-df-traz-questoes-certame-anterior>

CONHECIMENTOS GERAIS MÉDIO - TÉCNICO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Questão 1

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -15:13

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

O texto pode até ter sido utilizado conforme citou, bem como, foi citado a fonte, mas as alternativas não são iguais.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 08/08/2018 -19:36

Recurso:

QUESTÃO 03 – A questão solicitava que fosse marcada a opção na qual “O sujeito está incorreto exceto na alternativa”, ou seja, deveria se marcar a assertiva que contivesse a classificação correta do sujeito. No caso, as alternativas “b”, “c” e “d” estão corretamente classificadas; ao contrário da letra “a,” que a classificação do sujeito não corresponde ao que consta nos parênteses. Assim, devido à má redação do enunciado, não há gabarito correspondente à questão, devendo a mesma ser anulada pelos seguintes motivos:

Alternativa a: “Anoitecia silenciosamente. (Sujeito indeterminado)”. Nesta oração temos um verbo que exprime fenômeno meteorológico, implicando, portanto, em oração sem sujeito, estando a alternativa incorreta.

Alternativa b: “Seriam quatro horas da tarde (Oração sem sujeito)”. O verbo “ser” quando utilizado na indicação de horas e datas caracteriza uma oração sem sujeito, estando a alternativa correta.

Alternativa c: “Precisa-se de pessoas com boa vontade neste mundo” (indeterminado). O verbo vem acompanhado do pronome se, que atua como índice de indeterminação do sujeito. Essa construção ocorre com verbos que não apresentam complemento direto (verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação). O verbo obrigatoriamente fica na terceira pessoa do singular(1). Logo, o sujeito é indeterminado e a alternativa c esta correta.

Alternativa d: “Nunca ninguém acariciou uma cabeça de galinha. (Sujeito simples)”. O agente que pratica a ação de “acariciar” é “ninguém”, como possui um único núcleo, é sujeito simples. Logo, alternativa correta.

Portanto, verifica-se que não há alternativa que responda corretamente ao conteúdo questionado, eis que houve equívoco na redação da questão. Ainda, como se não bastasse o erro, todas as alternativas são facilmente encontradas no site “Só português” (link de acesso: <https://www.soportugues.com.br/secoes/exercicios.php?indice=2-1>), na parte de Exercícios Resolvidos de Sintaxe (página 2), afetando desde já a lisura e a isonomia do concurso público. Sendo cediço que o sigilo da prova é indispensável para assegurar a impessoalidade no certame e a igualdade de oportunidade aos participantes, a anulação da questão 03 é medida que se impõe e requer-se.

Referência:

(1)<https://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint8.php>

CONHECIMENTOS GERAIS MÉDIO - TÉCNICO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Questão 3

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -15:13

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Apesar de ter sido invalidado, consta outro recurso válido e deferido com os mesmos argumentos onde a questão foi anulada.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 08/08/2018 -19:45

Recurso:

Questão 20 – A questão versa sobre o prazo para qualquer Comissão Permanente se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente, em se tratando de proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias, plano plurianual, do processo de prestação de contas do Município e quando se tratar de projeto de codificação, consoante o art. 70, §1º. Ocorre que em nenhum momento foi mencionado qual a legislação que deveria ser tomada por base, se seria a Lei Orgânica ou o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Quilombo, deixando o questionamento vago. Ao realizar a análise da legislação após a prova, pôde se observar que se trata do Regimento Interno. Porém, em nenhum momento ao longo da redação do artigo consta expressamente “24 dias” (consoante assinalado pelo gabarito, letra D), como se vê:
Art. 70. É de até 08 (oito) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§ 1º O prazo a que se refere este artigo será triplicado em se tratando de proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias, plano plurianual, do processo de prestação de contas do Município e quando se tratar de projeto de codificação.

Assim, como a questão constava na parte de conhecimentos específicos (legislação) e não na parte de conhecimentos gerais médio (matemática-raciocínio lógico), a assertiva, para ser considerada correta, deveria estar redigida consoante disciplina a legislação, ou seja, CONFORME O §1º DO ART. 70 do Regimento Interno “o prazo a que se refere este artigo será TRIPLICADO ...”. Logo, requer-se a anulação da questão nº 20, tendo em vista que as opções constantes nas assertivas encontram-se em total desacordo com a redação da norma que é objeto do questionamento, não havendo, assim, resposta correta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TÉCNICO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Questão 20

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -14:00

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Mesmo sendo invalidado, seu recurso foi analisado.

Sendo assim, responderemos da seguinte forma:

Conforme prevê a legislação citada por Vossa Senhoria, no §1º do artigo 70, está bem claro que o prazo será TRIPLICADO, portanto, 08 dias triplicado. Em qual prazo seria? $3 \times 8 = 24$ dias.

Não se trata de assunto de conhecimentos gerais (matemática) se trata de interpretação da Legislação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 07/08/2018 -17:30

Recurso:

A referida questão aponta como correta a alternativa "A" mas analisando a frase conclui-se que o sujeito dela é Inexistente e não Indeterminado. Sendo assim, como a pergunta nos remete a marcar a alternativa em que conste o sujeito correto, é solicitado a revisão ou anulação da questão.

CONHECIMENTOS GERAIS MÉDIO - TÉCNICO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Questão 3

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -15:09

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Recurso indeferido pois foi invalidado por não constar o requerimento, mas a questão vai ser anulada pois consta outro recurso válido e deferido para essa questão.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 10/08/2018 -16:06

Recurso:

Texto da questão: De acordo com os incisos I, II e III do artigo 4º da Lei Orgânica de Quilombo – SC, os símbolos do município são: EXCETO:

- a) O Brasão.
- b) A bandeira.
- c) O escudo.
- d) O hino.

A questão tem como tema os símbolos do Município de Quilombo, SC. Conforme o gabarito, considerou-se a afirmativa A (O brasão). Apesar da compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca Examinadora estar pautada na Lei Orgânica do Município, requer a ponderação de que as alternativas A (O brasão) e B (A bandeira) são os símbolos do município expressos no site da Prefeitura Municipal de Quilombo:

<https://www.quilombo.sc.gov.br/>. Nota-se, que informações dúbias prejudicam o entendimento, principalmente ao fato de tal informação estar contida em dois dos conteúdos programáticos do edital, sendo um a Lei Orgânica do Município e outro o próprio site, onde são encontrados aspectos históricos do Município. Partindo da premissa de que ambos, o brasão e o escudo são citados como símbolo municipal, passa a ser uma questão de coerência sua verificação devido a ambiguidade das informações. Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação da questão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TÉCNICO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Questão 23

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -14:02

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Está bem claro na questão que é de acordo com os incisos I, II e III do artigo 4º da Lei Orgânica do Município de Quilombo - SC, qual não é símbolo substituído pela palavra EXCETO.

Segundo o artigo e incisos supracitados o Brasão não é símbolo Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 07/08/2018 -19:09

Recurso:

A questão n. 24, assim dispõe:

24- De acordo com a Lei Orgânica do Município de Quilombo são fundamentos da administração pública municipal, direta, indireta e fundacional, exceto:

- a) A delegação de competência.
- b) Racionalização e produtividade.
- c) Centralização.
- d) Coordenação

Segundo o gabarito preliminar, a alternativa correta seria a letra "C" (Centralização).

Ocorre que os artigos 6º e 75 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, os quais tratam dos princípios da Administração Pública Municipal trazem o seguinte:

Art. 6º. Os princípios da Administração Pública Municipal, direta e indireta e fundacional são os seguintes:

- I - a Legalidade;
- II - a Impessoalidade;
- III - a Publicidade;
- IV - a Moralidade;
- V - a Eficiência;

Art. 75. A administração pública municipal direta, indireta ou fundacional, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

[...]

Deste modo não há correlação entre as alternativas (A,B,C,D) contidas na questão n. 24, e os princípios previstos na Lei Orgânica do Município de Quilombo.

Sendo assim, a questão n. 24 deve ser alvo de anulação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TÉCNICO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Questão 24

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -15:09

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Recurso indeferido pois foi invalidado. Consta outro recurso da mesma forma e portanto indeferido pela Banca.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 08/08/2018 -12:20

Recurso:

A questão n. 24, assim dispõe:

24- De acordo com a Lei Orgânica do Município de Quilombo são fundamentos da administração pública municipal, direta, indireta e fundacional, exceto:

- a) A delegação de competência.
- b) Racionalização e produtividade.
- c) Centralização.
- d) Coordenação

Segundo o gabarito preliminar, a alternativa correta seria a letra "C" (Centralização).

Ocorre que os artigos 6º e 75 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, os quais tratam dos princípios da Administração Pública Municipal trazem o seguinte:

Art. 6º. Os princípios da Administração Pública Municipal, direta e indireta e fundacional são os seguintes:

- I - a Legalidade;
- II - a Impessoalidade;
- III - a Publicidade;
- IV - a Moralidade;
- V - a Eficiência;

Art. 75. A administração pública municipal direta, indireta ou fundacional, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

[...]

Deste modo não há correlação entre as alternativas (A,B,C,D) contidas na questão n. 24, e os princípios previstos na Lei Orgânica do Município de Quilombo.

Sendo assim, a questão n. 24 deve ser anulada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TÉCNICO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Questão 24

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 14/08/2018 -20:31

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

Indefiro o pedido do candidato, uma vez que a questão cobrou sobre os fundamentos e não sobre os princípios.

E de acordo com o parágrafo único, do art. 6º da Lei Orgânica do Município de Quilombo, os fundamentos da administração pública municipal, direta, indireta e fundacional são: i) planejamento, ii) coordenação; iii) descentralização; iv) delegação de competência; v) controle; e vi) racionalização e produtividade.

Ou seja, a alternativa "c" (centralização) é, de fato, a alternativa correta.

Art. 6º. Os princípios da administração pública municipal, direta e indireta e fundacional são os seguintes:

- I – A legalidade;
- II – A impessoalidade;
- III – A publicidade;
- IV – A moralidade;

Parágrafo Único – Os fundamentos da administração pública municipal, direta, indireta e fundacional são os seguintes:

- I – O planejamento;
- II – A coordenação
- III A descentralização
- IV – A delegação de competência;
- V – O controle.
- VI – a racionalização e produtividade.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 08/08/2018 -12:22

Recurso:

Cargo: Técnico em Atividades Legislativas
 Nome: Silmara Molski Weirich Zorzi
 Inscrição: 128
 CPF: 038.557.269-73
 RG: 4.181.028
 Questão n. 27

A questão n. 27, traz:

27- Assinale a alternativa que NÃO compreende o processo Legislativo do Município de Quilombo:

- a) Instruções Normativas.
- b) Decretos legislativos.
- c) Medidas provisórias.
- d) Leis delegadas.

Segundo o gabarito preliminar, a alternativa correta seria a letra "A" (Instruções Normativas).

Ocorre que o artigo 34 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, assim prevê:

Art. 34. O processo legislativo compreende:
 I - emendas a Lei Orgânica do Município;
 II - leis complementares;
 III - leis ordinárias;
 IV - resoluções;
 V - decretos legislativos.

Deste modo tem-se que o processo Legislativo do Município de Quilombo NÃO compreende as instruções normativas, as medidas provisórias e as leis delegadas. O enunciado da questão esta equivocado, pois teria como respostas certas as alterativas "A, C e D".

Sendo assim, a questão n. 27 deve ser ANULADA.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TÉCNICO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Questão 27

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 14/08/2018 -20:34

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

Indefiro o pedido do candidato, visto que o enunciado da questão é muito claro ao mencionar sobre o **processo legislativo do Município de Quilombo**. Em nenhum momento tratou-se da Constituição Federal.

E no que tange ao processo legislativo do Município de Quilombo não restam dúvidas de que se trata da Lei Orgânica do Município de Quilombo, conforme demonstrado a seguir:

SEÇÃO VII**DO PROCESSO LEGISLATIVO****SUBSESSÃO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 36º. O processo legislativo compreende:

- Emendas a lei orgânica do município;
- Leis complementares;
- Leis ordinárias;

IV - Leis delegadas;

- Decretos legislativos;
- Medidas provisórias;

Ou seja, não constam as Instruções Normativas elencadas no artigo 36 acima e, portanto, a alternativa "a" da questão é a correta.

Mesmo com a Emenda Revisional, veja que não incluíram as instruções normativas como parte do processo legislativo:

Seção VII Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 34. O processo legislativo compreende:

I - emendas a Lei Orgânica do Município;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - resoluções;

V - decretos legislativos.

A instrução normativa é apenas um ato administrativo que visa interpretar uma lei ou dispor de normas disciplinares, ou seja, não contempla o processo legislativo.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 05/08/2018 -20:32

Recurso:

05- Considerando os números contidos no conjunto dos números naturais menores que 101, é correto afirmar que a probabilidade de escolhermos aleatoriamente o número 20 será:

- a) 20 em 101.
- b) 20 em 100.
- c) 1 em 101.
- d) 1 em 100.

A resposta não poderá ser a letra C, conforme gabarito, pois no enunciado da pergunta, a mesma se refere somente aos números menores que 101, ou seja, não menciona em momento algum a palavra igual a 101, o que leva a interpretação para somente os números abaixo de 101, não considerando o número 101. Caso contrário o enunciado deveria trazer "números menores e/ou iguais a 101", neste caso a alternativa correta seria a letra D.

CONHECIMENTOS GERAIS SUPERIOR - TESOUREIRO

Questão 5

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -14:53

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

QUESTÃO Nº 02. GABARITO: LETRA C

Do primeiro número natural (zero) até os números menores que 101, teremos 100 números e mais o zero, ou seja, 101 números de amostra.

O número 20 é uma das opções, ou seja, a probabilidade será:

P= 1

101

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 05/08/2018 -22:17

Recurso:

20- Método de custeio se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado. Neste sentido, o método que consiste na apropriação dos custos de produção e das despesas aos produtos e serviços é chamado de:

- Custeio direto.
- Custeio por absorção.
- Custeio pleno.
- Custeio por atividade.

Conforme mencionado na pergunta acima, a mesma não trás uma explicação objetiva e clara para o entendimento da questão, a qual pode ser entendida não só pelo custeio pleno e sim também pelo custeio por absorção.

A Contabilidade de Custos dispõe de diferenciados métodos para apuração de dados, entre os quais se destaca o Custeio Pleno. Caracterizado por apresentar diversas denominações, o Custeio Pleno também pode ser chamado de Método dos Centros de Custos ou, segundo Vartanian (2000, apud BACKES et al, 2007a), Custeio Integral, Custeio Total, RKW (Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit) ou Método das Seções Homogêneas.

Embora o fato de apropriar as despesas diretamente ao Resultado do Exercício seja uma das características do Custeio por Absorção, de acordo com Vartanian e Nascimento (1999), há dificuldades em distingui-lo do Custeio Pleno.

Isso porque, em ambas as situações, existe a ideia de que todos os gastos serão agregados ao produto ou serviço final.

Já o Método de Custeio Pleno contempla os gastos de forma integral, além

de, conforme Beuren e Schlindwein (2008), conseguir maior eficácia na mensuração

dos custos indiretos, pois cria divisões por centro de custos na empresa. Por isso, é possível dizer que os rateios ocorrem de forma similar ao Custeio por Absorção, porém direcionados conforme os centros de custos determinados e posteriormente alocados aos objetos de custeio.

Conforme Backes et al (2007b), a apropriação de todos os gastos aos produtos faz com que o Método de Custeio Pleno tenha objetivo essencialmente gerencial, enquanto que o Custeio por Absorção visa apenas atender à legislação

fiscal, ou seja, apuração de resultados e de estoques.

Com relação ao Método de Custeio Pleno, Vartanian e Nascimento (1999) destacam que sua aplicação é basicamente gerencial, pois consiste na monitoração da eficácia dos processos operacionais e também na avaliação da rentabilidade dos mesmos, desde que os custos indiretos e todas as despesas sejam rateadas de forma criteriosa aos produtos ou serviços.

Santo (2004, p. 5) afirma que o Custeio Pleno "tem aplicação eficaz apenas nas empresas que trabalham sob encomenda, ou seja, primeiro recebem pedidos dos clientes e somente depois providenciam a sua execução" [...].

Nesse sentido, pela questão não ser clara, requeiro a anulação da questão por duplo entendimento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TESOUREIRO

Questão 20

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 14/08/2018 -20:15

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Indefiro o pedido do candidato, visto que a Resolução CFC nº 1.437/13, incluiu na NBC T 16.11 (Resolução CFC nº 1.366/11) o custeio pleno os principais métodos da seguinte forma: direto; variável; por absorção; por atividade; pleno.

Custeio direto é o custeio que aloca todos os custos – fixos e variáveis – diretamente a todos os objetos de custo sem qualquer tipo de rateio ou apropriação.

Custeio variável que apropria aos produtos ou serviços apenas os custos variáveis e considera os custos fixos como despesas do período.

Custeio por absorção que consiste na apropriação de todos os custos de produção aos produtos e serviços.

Custeio pleno que consiste na apropriação dos custos de produção e das despesas aos produtos e serviços. (Incluída pela Resolução CFC nº 1.437/13)

Custeio por atividade que considera que todas as atividades desenvolvidas pelas entidades são geradoras de custos e consomem recursos. Procura estabelecer a relação entre atividades e os objetos de custo por meio de direcionadores de custos que determinam quanto de cada atividade é consumida por eles.

Ou seja, a legislação é clara em diferenciar os métodos de custeio.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 06/08/2018 -12:53

Recurso:

29- De acordo com os incisos do parágrafo primeiro do artigo 45 da Lei Federal 8.666/93, constituem tipos de licitação: EXCETO.

- a) A de melhor preço.
- b) A de maior lance ou oferta.
- c) A de menor técnica.
- d) A de técnica e preço.

Em relação a questão acima, existem duas respostas possíveis, o que possibilita a anulação da questão. A letra A e a letra C podem ser consideradas como corretas, já que na lei 8666/93 não é mencionada tais tipos de licitação.

Solicito anulação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 29

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -13:51

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Conforme elaborada a questão a resposta seria exatamente a Letra A se a Letra C fosse Técnica e preço. Dessa forma ficou evidente que há duas respostas corretas como EXCETO, sendo a Letra "a" e a Letra "c". Não existe tipo de licitação de melhor preço ou menor técnica. Sendo de Menor preço e Técnica e Preço. A questão será anulada. Recuso incompleto portanto invalidado.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 09/08/2018 -13:06

Recurso:

QUESTÃO 11: Assunto (métodos de custeio ou custos) não mencionado no edital do concurso. O tema que está no edital se refere a métodos, mas de escrituração, e não específico de custos.

COBRANÇA INDEVIDA.

Edital do Concurso: Favor verificar no conteúdo programático.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTADOR

Questão 11

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -15:15

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

Indefiro o pedido do candidato, visto que os métodos de custeio fazem parte da rotina contábil e, portanto, é necessário que o contador tenha conhecimento da matéria para exercer sua função.

Apesar da candidata mencionar que tal matéria não consta no Edital, pode-se ver que toda a rotina contábil está contemplada:

“Patrimônio: Componentes Patrimoniais: Ativo, Passivo e Situação Líquida (ou Patrimônio Líquido). Fatos Contábeis e Respectivas Variações Patrimoniais. Conta: Conceito. Débito, Crédito e Saldo. Teorias, Função e Estrutura das Contas. Contas Patrimoniais e de Resultado. Sistema de Contas; Plano de Contas. Provisões em Geral. Escrituração. Conceito e Métodos. Lançamento Contábil: Rotina e Fórmulas. Processo de Escrituração. Escrituração de Operações Financeiras. Escrituração de operações típicas. Livros de Escrituração: Obrigatoriedade, Funções, Formas de Escrituração. Erros de Escrituração e suas Correções. Sistema de Partidas Dobradas. Balancete de Verificação. Balanço Patrimonial: Obrigatoriedade e Apresentação. Conteúdo dos Grupos e Subgrupos. Classificação das Contas. Critérios de Avaliação do Ativo e do Passivo. Avaliação de investimentos. Levantamento do Balanço de acordo com a Lei. Demonstração do Resultado do Exercício: Estrutura, Características e Elaboração de acordo com a Lei. Apuração da Receita Líquida e do Duodécimo. “

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 09/08/2018 -13:47

Recurso:

QUESTÃO 14: Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito e, por isso, constitui fato contábil permutativo, como é o caso das operações de crédito.

Questão confusa com duas alternativas corretas, pois as receitas não-efetivas são também receitas orçamentárias.

Conceito MCASP 7ª Edição, Página 35:

“b. Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.”

Mais uma colocação em relação a esta questão é que a alternativa C que se refere ao ingresso extra-orçamentário, conforme o MCASP, pág. 35, no geral, não tem reflexos sobre o patrimônio líquido:

“Ingressos Extraorçamentários

Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.”

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTADOR

Questão 14**SITUAÇÃO: INDEFERIDO**

Respondido em: 13/08/2018 -15:15

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

– Indefiro o pedido do candidato, pois em que pese as receitas não-efetivas possuírem natureza orçamentária, a questão cobrou o conceito da receita não-efetiva e não a natureza.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 09/08/2018 -13:49

Recurso:

QUESTÃO 17:

A questão contém duas afirmativas incorretas: Letras A e C. Pois não constam na Lei Orgânica do Município e nem nas emendas de revisão, como competência privativa do município:

Letra A: Estimular a educação e a prática esportiva.

Letra C: Instituir o sistema previdenciário e assistencial do município.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTADOR

Questão 17

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -15:17

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

– Indefero o pedido do candidato, visto que entre as alternativas da questão, apenas a letra "a" é de competência concorrente com a união e o estado e supletivamente a eles, conforme demonstrado abaixo:

CAPITULO II**DA COMPETÊNCIA DO MUNICIPIO**

Art, 7º. Ao município de Quilombo, compete ainda:

XI – Estabelecer as servidões administrativas necessárias aos seus serviços;

XXVII – Instituir o sistema assistencial e previdenciário do município;

XXXIV – Estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

Art. 9º - Compete também ao município, concorrentemente com a união, ou com o estado e supletivamente a eles:

IX – Estimular a educação e a prática esportiva;

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 09/08/2018 -13:50

Recurso:

QUESTÃO 23:

1º: Princípios básicos da Administração Pública conforme a constituição: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
2º Princípios básicos relacionados ao orçamento conforme lei 4.320/64 são: Anualidade, Unidade e Universalidade.

O princípio da Programação não é um princípio expresso na lei. Programação se trata apenas de uma das fases na execução do orçamento conforme descrito abaixo no texto da lei:

FONTE: Lei 4.320/64 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

TÍTULO VI

Da Execução do Orçamento

CAPÍTULO I

Da Programação da Despesa

Art. 47. Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

Art. 48 A fixação das cotas a que se refere o artigo anterior atenderá aos seguintes objetivos:

- assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho;
- manter, durante o exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

Art. 49. A programação da despesa orçamentária, para feito do disposto no artigo anterior, levará em conta os créditos adicionais e as operações extra-orçamentárias.

Art. 50. As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTADOR

Questão 23

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 14/08/2018 -20:35

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

Indefiro o pedido do candidato, uma vez que o princípio da programação é um dos instrumentos norteadores de controle do Governo para elaboração orçamentária.

Os princípios estão definidos na Constituição Federal, na Lei n. 4.320/64 e na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Tratam-se de princípios considerados básicos para a elaboração, a execução e o controle do orçamento público, válidos para todos os poderes e esferas governamentais. São eles:

Unidade: o orçamento deve ser uno, ou seja, as três esferas do orçamento (fiscal, investimentos das estatais e seguridade social) farão parte da Lei Orçamentária Anual. Unidade de orientação política das leis orçamentárias.

Universalidade: todas as receitas e despesas constarão na Lei Orçamentária. Permite o conhecimento e prévia autorização para a realização da receita e despesa, impedindo que o executivo realize qualquer operação financeira sem autorização orçamentária.

Anualidade: o orçamento deve ser elaborado e autorizado com periodicidade anual, coincidindo o exercício financeiro com o ano civil.

Equilíbrio: limitação do endividamento; montante das despesas fixadas não pode ser superior ao da receita prevista. Utilização de mecanismo para limitação e controle das despesas.

Exclusividade: a lei orçamentária não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

Exceção nos casos de autorização para abertura de créditos suplementares e contratações de operações de créditos ainda por antecipação da receita.

Programação: vinculação necessária à ação governamental planejada.

Legalidade: subordinação da Administração Pública às prescrições legais orçamentárias.

Orçamento Bruto: as parcelas das receitas e das despesas devem ser incluídas no orçamento pelos seus totais, sem quaisquer deduções.

Não afetação da Receita: veda a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvadas às exceções admitidas no artigo 167, parágrafo 4º da Constituição Federal. Aplica-se apenas aos impostos e

não aos demais tributos.

Especificação ou Especialização: preconiza a identificação detalhada da receita e da despesa para que não figurem de forma global (BRASIL, 1988, 1964, 2000).

Bibliografia:

Contabilidade pública / Rosaura Conceição Haddad, Francisco Glauber

Lima Mota. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 09/08/2018 -13:52

Recurso:

QUESTÃO 25:

Conforme Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 7ª Edição:

Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não-efetiva":

a. Receita Orçamentária Efetiva aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

Questão confusa com duas alternativas corretas, pois as receitas efetivas são também receitas orçamentárias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTADOR

Questão 25

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 14/08/2018 -20:39

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

Defiro o pedido do candidato, visto que a questão pode gerar um dúbio sentido.

QUESTÃO ANULADA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 09/08/2018 -13:53

Recurso:

QUESTÃO 28:

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO.

1º Assunto não mencionado como tema de cobrança no edital.

2º O tema tratado no site do Tesouro Nacional não tem relação nenhuma com o conceito trazido pela questão sobre o custo de oportunidade.

Fonte: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/custos>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTADOR

Questão 28

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 14/08/2018 -20:40

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

Indefiro o pedido do candidato, visto que custos, sejam eles na contabilidade pública ou privada, fazem parte da rotina contábil e, portanto, é necessário que o contador tenha conhecimento da matéria para exercer sua função.

Apesar da candidata mencionar que tal matéria não consta no Edital, pode-se ver que toda a rotina contábil está contemplada:

“Patrimônio: Componentes Patrimoniais: Ativo, Passivo e Situação Líquida (ou Patrimônio Líquido). Fatos Contábeis e Respectivas Variações Patrimoniais. Conta: Conceito. Débito, Crédito e Saldo. Teorias, Função e Estrutura das Contas. Contas Patrimoniais e de Resultado. Sistema de Contas; Plano de Contas. Provisões em Geral. Escrituração. Conceito e Métodos. Lançamento Contábil: Rotina e Fórmulas. Processo de Escrituração. Escrituração de Operações Financeiras. Escrituração de operações típicas. Livros de Escrituração: Obrigatoriedade, Funções, Formas de Escrituração. Erros de Escrituração e suas Correções. Sistema de Partidas Dobradas. Balancete de Verificação. Balanço Patrimonial: Obrigatoriedade e Apresentação. Conteúdo dos Grupos e Subgrupos. Classificação das Contas. Critérios de Avaliação do Ativo e do Passivo. Avaliação de investimentos. Levantamento do Balanço de acordo com a Lei. Demonstração do Resultado do Exercício: Estrutura, Características e Elaboração de acordo com a Lei. Apuração da Receita Líquida e do Duodécimo.”

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 06/08/2018 -22:10

Recurso:

Considerando que o gabarito PRELIMINAR trouxe como correta a alternativa "C" da questão abaixo, conforme segue:

05 - Considerando os números contidos no conjunto dos números naturais menores que 101, é correto afirmar que a probabilidade de escolhermos aleatoriamente o número 20 será:

- a) 20 em 101.
- b) 20 em 100.
- c) 1 em 101.

Gostaria que a conceituada banca revise, razão pela qual o próprio enunciado da questão afirma como sendo um conjunto de números naturais menores que 101, logo, é óbvio que este conjunto seria então de 1 a 100, considerando que no universo dos números naturais só existe o número 20, logo, tem-se que a probabilidade de se escolher aleatoriamente seria de 1 em 100, pois 100 é menor que 101.

Diante do exposto solicito que a conceituada Banca EPBAZI altere da alternativa "C" para a alternativa "D".
d) 1 em 100.

CONHECIMENTOS GERAIS SUPERIOR - CONTROLADOR INTERNO

Questão 5

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -15:03

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Recurso indeferido e invalidado, já consta um recurso válido e indeferido da mesma questão.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 06/08/2018 -22:32

Recurso:

Considerando que o gabarito PRELIMINAR trouxe como correta a alternativa "C", conforme enunciado da questão a seguir:

25- Método de custeio se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado. Neste sentido, o método que consiste na apropriação dos custos de produção e das despesas aos produtos e serviços é chamado de:

- a) Custeio direto.
- b) Custeio por absorção.
- c) Custeio pleno.
- d) Custeio por atividade.

Todavia, de acordo com o CONCEITO disponível em , acesso em 06/08/2018, o CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADE consiste na identificação, análise e alocação de custos aos processos de uma determinada empresa, visando melhor gerenciar a lucratividade. O uso deste método permite uma melhor mensuração dos custos. Os recursos são atribuídos a cada atividade; em seguida, as atividades são atribuídas a objetos de custo com base no seu uso.

Conforme pode-se observar é exatamente o conceito que responde a alternativa "D" e não alternativa "C", conforme gabarito preliminar.

Diante do exposto solicita-se da conceituada Banca EPBAZI que altere o gabarito de alternativa "C" para alternativa "D".

Nestes termos pede-se deferimento.

Atenciosamente

Tenilson Gonzaga dos Santos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 25

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -15:04

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Recurso Indeferido e invalidado, já consta outro recurso válido e indeferido da mesma questão.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 06/08/2018 -22:49

Recurso:

Considerando que o gabarito PRELIMINAR trouxe como correta a alternativa "C", conforme comando da questão a seguir:

29- De acordo com os incisos do parágrafo primeiro do artigo 45 da Lei Federal 8.666/93, constituem tipos de licitação: EXCETO.

- a) A de melhor preço.
- b) A de maior lance ou oferta.
- c) A de menor técnica.
- d) A de técnica e preço.

De acordo a Lei de Licitações e Contratos 8.666/93 em seu artigo 45, assim:

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

II - a de melhor técnica;

III - a de técnica e preço.

IV - a de maior lance ou oferta - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994.

Logo observa-se que não consta o tipo "MENOR TÉCNICA", o que justifica a resposta da alternativa "C", pois o comando da questão afirma "EXCETO" (FORA).

Diante do exposto venho requerer da conceituada Banca EPBAZI que altere da alternativa "A" para a alternativa "C".

Nestes termos pede-se deferimento

Atenciosamente,

Tenilson Gonzaga dos Santos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 29

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -13:51

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Conforme elaborada a questão a resposta seria exatamente a Letra A se a Letra C fosse Técnica e preço. Dessa forma ficou evidente que há duas respostas corretas como EXCETO, sendo a Letra "a" e a Letra "c". Não existe tipo de licitação de melhor preço ou menor técnica. Sendo de Menor preço e Técnica e Preço. A questão será anulada. Recurso incompleto e invalidado.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 05/08/2018 -21:55

Recurso:

Prezados(as), assim temos o comando da questão: De acordo com os incisos do parágrafo primeiro do artigo 45 da Lei Federal 8.666/93, constituem tipos de licitação: EXCETO.

Gabarito preliminar apresentou como a alternativa correta: a) a de melhor preço.

Contudo, temos que a questão quer uma EXCEÇÃO aos Incisos do § 1º do Art. 45 a Lei nº 8.666/93, ou seja, a alternativa que não atende ao que é apresentado na lei.

Os Incisos do §1ª do Art. 45 da Lei nº 8.666/93, assim lecionam:

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:

I - a de menor preço (...);

II - a de melhor técnica;

III - a de técnica e preço.

IV - a de maior lance ou oferta (...).

Portanto o tipo "melhor preço" não é uma exceção Incisos do §1ª do Art. 45 da Lei nº 8.666/93, o que torna o GABARITO INCORRETO.

Assim solicito a alteração do GABARITO da "letra a" para "letra c", uma vez que a "letra c" apresenta como alternativa "a de menor técnica", tipo esse inexistente na Lei nº 8.666/93.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 29

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -13:49

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Conforme elaborada a questão a resposta seria exatamente a Letra A se a Letra C fosse Técnica e preço. Dessa forma ficou evidente que há duas respostas corretas como EXCETO, sendo a Letra "a" e a Letra "c". Não existe tipo de licitação de melhor preço ou menor técnica. Sendo de Menor preço e Técnica e Preço. A questão será anulada.

Seu recurso foi indeferido pois conforme explicado acima, existem duas respostas corretas, portanto, não há como alterar o gabarito de "a" para "c".

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 05/08/2018 -23:22

Recurso:

Prezados(as), assim temos o comando da questão: Método de custeio se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado. Neste sentido, o método que consiste na apropriação dos custos de produção e das despesas aos produtos e serviços é chamado de:

- a) Custeio direto.
- b) Custeio por absorção.
- c) Custeio pleno. (GABARITO apresentado pela Banca).
- d) Custeio por atividade.

A RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.128/08 que aprovou a NBC T 16.1, norma de onde parece que foi retirada a questão, ensina em sua página de nº 48:

“Método de custeio se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado. Os principais métodos de custeio são: direto; variável; por absorção; por atividade; pleno.”

“Custeio direto é o custeio que aloca todos os custos – fixos e variáveis – diretamente a todos os objetos de custo sem qualquer tipo de rateio ou apropriação.”

“Custeio variável que apropria aos produtos ou serviços apenas os custos variáveis e considera os custos fixos como despesas do período.”

“Custeio por absorção que consiste na apropriação de todos os custos de produção aos produtos e serviços.”

“Custeio por atividade que considera que todas as atividades desenvolvidas pelas entidades são geradoras de custos e consomem recursos. Procura estabelecer a relação entre atividades e os objetos de custo por meio de direcionadores de custos que determinam quanto de cada atividade é consumida por eles.”

http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf

A norma cita, mas não detalha o conceito de método de custeio pleno, e é inteligível que assim o seja, visto que o conceito do método de custeio pleno se confunde com o conceito do método de custeio por absorção.

Assim temos que o método de custeio por absorção (também conhecido como custeio/custo integral, total e pleno), todos os custos de produção são alocados aos bens produzidos ou serviços prestados, compreendendo os custos fixos, variáveis, diretos e indiretos.

“O Método de Custeio Pleno, também conhecido como Por Absorção Total ou Integral, caracteriza-se pela apropriação de todos os custos e despesas aos produtos fabricados; isso faz com que esse método abarque tanto os custos diretos e indiretos, fixos e variáveis, de comercialização, de distribuição, de administração em geral, assim como inclui parcela dos materiais diretos, mão de obra direta, custos indiretos de fabricação, despesas com vendas, distribuição, administrativas, gerais e até financeiras, o que auxilia o gestor no controle e planejamento do total dos custos e despesas.” OLIVEIRA, Marcelo Leonardo Braga de. Custos na Formação de Preços. Artigo da internet, 2008, <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/custos-na-formacao-de-precos/21888/>. Acesso em: 05/08/2018.

Crepaldi (2004, p. 83) afirma que: “O Custeio por Absorção ou Custeio Pleno consiste na apropriação de todos os custos (sejam eles fixos ou variáveis) à produção do período. Os gastos não fabris (despesas) são excluídos”. CREPALDI, Silvío Aparecido – Curso Básico de Contabilidade de Custos – São Paulo: Atlas, 2004.

O método de custeio integral (full costing) é uma continuidade do custeio por absorção e sinônimo do método do custeio pleno, que pode ser definido como o método que apropria aos produtos, além dos custos de fabricação, o total das despesas administrativas e comerciais (PADOVEZE, 2005a, p. 328; PADOVEZE, 2005b p. 149). Curso básico gerencial de custos. 1ª reimpr. da 1ª ed. de 2003. São Paulo: Thomson.

Considerando que a questão possui duas respostas corretas: “b) Custeio por absorção” e “c) Custeio pleno”, solicito a anulação da mesma.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 25

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 14/08/2018 -20:18

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Indefiro o pedido do candidato, visto que a Resolução CFC nº 1.437/13, incluiu na NBC T 16.11 (Resolução CFC nº 1.366/11) o custeio pleno os principais métodos da seguinte forma: direto; variável; por absorção; por atividade; pleno.

Custeio direto é o custeio que aloca todos os custos – fixos e variáveis – diretamente a todos os objetos de custo sem qualquer tipo de rateio ou apropriação.

Custeio variável que apropria aos produtos ou serviços apenas os custos variáveis e considera os custos fixos como despesas do período.

Custeio por absorção que consiste na apropriação de todos os custos de produção aos produtos e serviços.

Custeio pleno que consiste na apropriação dos custos de produção e das despesas aos produtos e serviços. (Incluída pela Resolução CFC nº 1.437/13)

Custeio por atividade que considera que todas as atividades desenvolvidas pelas entidades são geradoras de custos e consomem recursos. Procura estabelecer a relação entre atividades e os objetos de custo por meio de direcionadores de custos que determinam quanto de cada atividade é consumida por eles.

Ou seja, a legislação é clara em diferenciar os métodos de custeio.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 06/08/2018 -01:33

Recurso:

Em que pese a Banca perguntar sobre o processo legislativo do município de Quilombo. A pergunta foi realizada sem maiores detalhamentos legislativos, ou seja, não indicou a norma que sustenta tal questionamento (CF/88, Constituição do Estado de Santa Catarina ou Lei Orgânica do Município de Quilombo), esse detalhamento é de suma importância, visto que em regra, e pelo princípio da simetria, o processo legislativo do qualquer município deve estar de acordo com o mandamento constitucional. Assim da forma como foi apresentada a questão possui duas respostas erradas "letra a" e "letra c". Tal idiosincrasia decorre da divergência doutrinária e jurisprudencial que paira sobre a questão da Medida Provisória como parte do processo legislativo municipal. Assim o alicerce de uma resposta, quando a Banca não expõe o âmbito da pergunta, é a CF/88 que trata o tema de forma pontual, no âmbito da União, em seu Art. 62 e deixa alguma interpretação, no âmbito do Estado, no Art. 25, § 2º. Contudo na Constituição Federal não existe disposição alguma em relação à possibilidade Medidas Provisórias no âmbito dos Municípios. Portanto, considero que o examinador deveria ter se eximido, quando pretendeu questionar a respeito do processo legislativo municipal, de apresentar "Medida Provisória" como alternativa de resposta, visto que não se tendo entendimento pacificado sobre o tema, e não estando essa possibilidade, para o município, expressa na CF/88, tem-se que a alternativa que contiver tal assertiva estará errada. Como a Banca solicita que o candidato apresente como resposta a alternativa que contiver erro, a questão passou a ter duas respostas erradas, o que a torna nula.

CF/88:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

(...)

§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

Observado o todo exposto, solicito a anulação da questão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 17

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 14/08/2018 -20:21

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Mesmo com a Emenda Revisional, veja que não incluíram as instruções normativas como parte do processo legislativo:

Seção VII Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 34. O processo legislativo compreende:

I - emendas a Lei Orgânica do Município;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - resoluções;

V - decretos legislativos.

A instrução normativa é apenas um ato administrativo que visa interpretar uma lei ou dispor de normas disciplinares, ou seja, não contempla o processo legislativo.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 06/08/2018 -09:24

Recurso:

O conjunto dos números naturais é representado pela letra maiúscula "N" e estes números são construídos com os algarismos: 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, que também são conhecidos como algarismos indo-arábicos.

Embora o zero não seja um número natural no sentido que tenha sido proveniente de objetos de contagens naturais, irei considerá-lo como um número natural uma vez que ele tem as mesmas propriedades algébricas que os números naturais.

Na sequência considerarei que os naturais têm início com o número zero e escreveremos este conjunto proposto pela questão: conjunto dos números naturais menores que 101.

OBSERVO QUE O NÚMERO 101 FOI RETIRADO DA AMOSTRA PELO COMANDO DA QUESTÃO.

$N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, 50, 51, \dots, 96, 97, 98, 99 \text{ e } 100\}$.

Espaço amostral: o espaço amostral (Ω) é o conjunto formado por todos os resultados possíveis de um experimento aleatório. Em outras palavras, é o conjunto formado por todos os pontos amostrais de um experimento. O número de elementos do espaço amostral, número de pontos amostrais do espaço amostral ou número de casos possíveis em um espaço amostral é representado da seguinte maneira: $n(\Omega)$.

Conforme solicitado pela questão o espaço amostral é o intervalo de 0 (zero) a 100 (cem).

Evento: um evento é qualquer subconjunto de um espaço amostral. Ele pode conter nenhum elemento (conjunto vazio) ou todos os elementos de um espaço amostral. O número de elementos do evento é representado da seguinte maneira: $n(E)$, sendo "E" o evento em questão.

Conforme solicitado pela questão o evento é a probabilidade aleatória de escolhermos na amostra o número 20 (vinte).

Cálculo da probabilidade

Seja "E" um evento qualquer no espaço amostral " Ω ". A probabilidade do evento "A" ocorrer é a razão entre o número de resultados favoráveis e o número de resultados possíveis. Em outras palavras, é o número de elementos do evento dividido pelo número de elementos do espaço amostral a que ele pertence.

$$P(E) = n(E)/n(\Omega)$$

Assim para a questão temos:

Espaço amostral: 100

Número de eventos: 1 (uma ocorrência do número 20 na amostra de 0 a 100)

$$P(E) = 1/100, \text{ ou seja, } 0,01 = 1\%$$

Assim considerando que o GABARITO preliminar apresentou como resposta correta a alternativa de "letra c) 1 em 101" e como ficou demonstrado que a probabilidade correta é de 1 em 100. Solicito que o gabarito seja alterado para "letra d) 1 em 100".

CONHECIMENTOS GERAIS SUPERIOR - CONTROLADOR INTERNO

Questão 5

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -14:58

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Do primeiro número natural (zero) até os números menores que 101, teremos 100 números e mais o zero, ou seja, 101 números de amostra.

O número 20 é uma das opções, ou seja, a probabilidade será:

$$P = \frac{1}{101}$$

101

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 06/08/2018 -10:21

Recurso:

Prezados(as) no que concerne a questão 14, temos:

O ingresso financeiro de natureza orçamentária que aumenta o patrimônio líquido (fato modificativo aumentativo) é chamado de:

- a) Receita orçamentária.
- b) Receita efetiva. (GABARITO DA BANCA).
- c) Ingresso extra-orçamentário.
- d) Receita não-efetiva.

Observo que a questão foi retirada da 5ª edição do MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO PARTE I – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS aplicados à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, válido a partir do exercício de 2013, instituído pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012.

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte_I_-_PCO.pdf

A 5ª edição do MCASP ensina: Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, a receita pode ser "efetiva" ou "não-efetiva". Receita Orçamentária Efetiva é aquela que, no momento do reconhecimento do crédito, aumenta a situação líquida patrimonial da entidade. Constitui fato contábil modificativo aumentativo.

O EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 da Câmara Municipal de Quilombo ensina: "Para toda a Legislação e norma citada, o candidato deverá considerar a norma atualizada por suas devidas atualizações."

5ª edição do MCASP - Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012, utilizado para embasar a questão, não é mais norma vigente, visto que o tema atualmente é tratado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que ensina:

(página 34) Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não-efetiva":

(página 34) a. Receita Orçamentária Efetiva aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

(página 34) b. Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

(página 38) Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

(página 38) Receitas Orçamentárias de Capital são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

(página 55) Portanto, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador.

(página 149) 2.4.2. Reconhecimento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas Considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa (VPA):

a. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados;

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>

Assim, considerando o todo exposto. Considerando o que ensina o MCASP 7ª ed., temos que "receita efetiva" para fins de norma é: aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes", temos também que a ocorrência do fato gerador da receita orçamentária é o momento em que se considera a variação patrimonial aumentativa, independentemente se efetiva ou não efetiva.

Portanto a questão está desatualizada, sua assertiva não se coaduna com a norma vigente, e da forma que foi colocada aos candidatos a questão possui duas respostas corretas, ou seja, "letra a) Receita orçamentária" e "letra b) Receita Efetiva". Por conseguinte solicito a anulação da mesma.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 14

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -15:00

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Apesar de seu recurso estar em desacordo com o edital, o mesmo foi encaminhado para análise do elaborador da questão.

Recurso indeferido pois, não consta o requerimento.

A questão será anulada pois consta um recurso válido da prova de contador da questão 25 a qual é a mesma dessa.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 09/08/2018 -10:46

Recurso:

Segundo parágrafo primeiro do artigo 45 da Lei Federal nº 8666/93, com redação dada pela Lei nº 8883/94, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

II - a de melhor técnica;

III - a de técnica e preço.

IV - a de maior lance ou oferta - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)"

Segue, portanto que a questão nº 29, da prova para o cargo de Controlador Interno, apresenta duas alternativas incorretas: letra a) A de melhor preço, e letra c) A de menor Técnica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 29

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 13/08/2018 -13:48

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

Conforme elaborada a questão a resposta seria exatamente a Letra A se a Letra C fosse Técnica e preço. Dessa forma ficou evidente que há duas respostas corretas como EXCETO, sendo a Letra "a" e a Letra "c". Não existe tipo de licitação de melhor preço ou menor técnica. Sendo de Menor preço e Técnica e Preço. A questão será anulada.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 09/08/2018 -15:21

Recurso:

Conforme artigo 28 da Lei Orgânica do Município de Quilombo (Alterada pela Emenda de Revisão Geral nº 01/2016): "Independente de convocação, a sessão legislativa, compreenderá os períodos de 2 (dois) de fevereiro a 17 (dezesete) de julho e de 1º de agosto a 22 (vinte e dois) de dezembro."

Está incorreta, portanto, a alternativa (a) da questão nº 18 da prova para Controlador Interno, a qual diz que "Independente da convocação, a sessão legislativa anual desenvolve-se de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro."

Ainda segundo a referida Lei, em seu artigo 29: "As sessões da Câmara Municipal serão públicas, salvo deliberações em contrário tomadas pela maioria de 2/3 de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação de decoro parlamentar."

Dessa forma, a questão nº 18 traz também a letra (b) como incorreta, pois diz que "As sessões da câmara serão públicas, salvo deliberações em contrário tomadas pela maioria de 3/4 de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação de decoro parlamentar."

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 18

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 14/08/2018 -20:42

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

Indefiro o pedido do candidato, uma vez que as alternativas em análise estão de acordo com a Lei Orgânica do Município de Quilombo, conforme demonstrado abaixo:

Em relação à Lei Orgânica do Município de Quilombo, assinale a alternativa incorreta:

(a) Independente da convocação, a sessão legislativa anual desenvolve-se de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. **(CORRETA)**

Art. 30º. Independente da convocação, a sessão legislativa anual desenvolve-se de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

(b) As sessões da câmara serão públicas, salvo deliberações em contrário tomadas pela maioria de 3/4 de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação de decoro parlamentar. **(INCORRETA)**

Art. 31º. As sessões da câmara serão públicas, salvo deliberações em contrário tomadas pela maioria de 2/3 de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação de decoro parlamentar.

(c) A proposta de emenda à lei orgânica municipal será discutida e votada em dois turnos de discussão e votação, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos 2/3 dos votos dos membros da câmara **(CORRETA)**

Art. 37º. A lei orgânica do município será emendada mediante proposta:

I- Do prefeito;

II- De 1/3, dos membros da câmara municipal;

III- De iniciativa popular com a assinatura de 20% dos eleitores do município.

- 1º. – A proposta de emenda à lei orgânica municipal será discutida e votada em dois turnos de discussão e votação, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos 2/3 dos votos dos membros da câmara.

(d) As leis complementares exigem, para sua aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da câmara. **(CORRETA)**

Art. 38º. As leis complementares exigem, para sua aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da câmara.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUILOMBO

Concurso Público - 001/2018

RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO

Solicitado em: 10/08/2018 -11:41

Recurso:

Lei Orgânica do Município de Quilombo (Alterada pela Emenda de Revisão Geral nº 01/2016) traz em seu artigo 34 que "O processo legislativo compreende: I - emendas a Lei Orgânica do Município; II - leis complementares; III - leis ordinárias; IV - resoluções; V - decretos legislativos." A questão nº 17 da prova para o cargo de Controlador Interno pede em seu enunciado que se assinale a alternativa que não compreende o processo legislativo do Município de Quilombo. Analisando-se as alternativas conclui-se que três não pertencem ao mencionado processo legislativo: a) Instruções Normativas; c) Medidas provisórias; d) Leis delegadas. Esse fato impede a escolha de apenas uma alternativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTROLADOR INTERNO

Questão 17

SITUAÇÃO: INDEFERIDO

Respondido em: 14/08/2018 -20:46

Resposta:

Prezado(a) Candidato(a):

Seu recurso foi encaminhado ao elaborador da questão o qual emitiu o seguinte parecer:

Indefiro o pedido do candidato, visto que o enunciado da questão é muito claro ao mencionar sobre o **processo legislativo do Município de Quilombo**. Em nenhum momento tratou-se da Constituição Federal.

E no que tange ao processo legislativo do Município de Quilombo não restam dúvidas de que se trata da Lei Orgânica do Município de Quilombo, conforme demonstrado a seguir:

SEÇÃO VII**DO PROCESSO LEGISLATIVO****SUBSEÇÃO I****DISPOSIÇÕES GERAIS****Art. 36º.** O processo legislativo compreende:

- Emendas a lei orgânica do município;
- Leis complementares;
- Leis ordinárias;

IV - Leis delegadas;

- Decretos legislativos;
- Medidas provisórias;

Ou seja, não constam as Instruções Normativas elencadas no artigo 36 acima e, portanto, a alternativa "a" da questão é a correta.

Mesmo com a Emenda Revisional, veja que não incluíram as instruções normativas como parte do processo legislativo:

Seção VII Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 34. O processo legislativo compreende:

I - emendas a Lei Orgânica do Município;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - resoluções;

V - decretos legislativos.

A instrução normativa é apenas um ato administrativo que visa interpretar uma lei ou dispor de normas disciplinares, ou seja, não contempla o processo legislativo.